
Quando questões de gênero encontram o debate sobre liberdade de expressão: enquadramentos temáticos no blog #AgoraÉQueSãoElas, da *Folha de S. Paulo*^{1 2}

Nara Lya Cabral SCABIN³

Universidade de São Paulo e Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, SP

RESUMO

Este artigo apresenta reflexões desenvolvidas no âmbito de pesquisa de doutorado junto ao PPGCOM da ECA-USP, em que propomos uma análise discursiva da cobertura de jornais brasileiros sobre os debates em torno de pautas e políticas identitárias no país. O foco do presente trabalho é compreender como os jornais compreendem, representam e traduzem os discursos que refletem uma ruptura epistemológica fundamental da contemporaneidade: a emergência de um novo imaginário político, em que o fator identitário constitui elemento decisivo de mobilização. Neste artigo, focalizamos *gênero* como categoria central, propondo refletir sobre as interfaces discursivas entre esse eixo identitário e as discussões sobre liberdade de expressão. Para isso, analisamos referências à liberdade de expressão no blog #AgoraÉQueSãoElas, da *Folha de S. Paulo*.

PALAVRAS-CHAVE: gênero; liberdade de expressão; jornalismo; mídias digitais.

Introdução

Em um contexto complexo de reestruturação das relações de produção, marcado pela emergência do capitalismo financeiro, disputas identitárias – como as ligadas ao debate em torno do *empoderamento* de minorias sociais e as subjacentes às polêmicas sobre o chamado “politicamente correto” – têm adquirido visibilidade no Brasil. Mas as discussões sobre tais temáticas ilustram um quadro mais amplo de rearticulações nos modos de fazer político tradicionais. Como aponta Hall (1994), a emergência das chamadas “políticas de identidade” são um fator decisivo nesse cenário, que devem ser entendidas à luz da “centralidade da cultura na constituição da subjetividade, da própria identidade e da pessoa como um ator social” (HALL, 1997, p. 23).

Construídas – mas nunca fixadas – culturalmente, as identidades constituem-se no interior das fronteiras que marcam as diferenças – lugares, como aponta Hall (1997),

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

³ Doutoranda em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da USP, mestra em Ciências da Comunicação e bacharela em Jornalismo pela mesma instituição. Docente da Universidade Anhembi Morumbi (UAM). E-mail: nara.cabral@usp.br.

de potenciais contestações dos sentidos, isto é, de *políticas de identidade*. Quando os padrões de representações não são vividos, por diversos grupos sociais, como capazes de *representá-los*, podem emergir reivindicações de definições alternativas que proponham novos conjuntos de representações. Isso pode levar à contestação da autoridade cultural das representações já apresentadas e ao surgimento de um foco diferente de identificação – ou seja, uma nova “política de identidade” (HALL, 1997).

Esses dados participam do que Nancy Fraser (2006) denomina como um “novo imaginário político”, em que a luta por reconhecimento torna-se a forma paradigmática de conflito político. Essas demandas em nome do “reconhecimento da diferença” alimentam as lutas de grupos articulados em torno de eixos identitários, tais como etnia, gênero e sexualidade. Nestes conflitos “pós-socialistas”, segundo Fraser, “a dominação cultural suplanta a exploração como a injustiça fundamental. E o reconhecimento cultural toma o lugar da redistribuição socioeconômica como remédio para a injustiça e objetivo da luta política” (FRASER, 2006, p. 231).

Segundo Fraser (2006), lutas pelo reconhecimento caracterizam-se por buscar chamar a atenção para a especificidade de algum grupo – ou, nas palavras da autora, criar essa especificidade “performativamente” – a fim de afirmar seu valor. Assim, propostas *afirmativas* e *transformativas*, dentro do discurso político de reconhecimento e no âmbito do multiculturalismo, buscam compensar a discriminação e o desrespeito por meio da valorização das identidades discriminadas (propostas afirmativas) ou desconstruir oposições binárias e subverter a estrutura cultural-valorativa que se encontra na base da discriminação (propostas transformativas) (FRASER, 2006).

Uma importante força motriz dos deslocamentos epistemológicos que estão na base de tais reconfigurações políticas, epistemológicas e discursivas, segundo Stuart Hall, são os impactos do feminismo, “tanto como uma crítica teórica quanto como um movimento social” (HALL, 2005, p. 27). Como parte dos “novos movimentos sociais” que emergem nos anos 1960, o feminismo favorece os deslocamentos no conhecimento e na ação política que se configuram na contemporaneidade porque, naquele momento, trouxe à tona questionamentos sobre a clássica divisão entre o “público” e o “privado” e enfatizou, como temática política e social, a forma como somos produzidos como sujeitos genericados, politizando a subjetividade. Isso porque, embora tenha tido início como um movimento contestação da posição social da mulher, o feminismo expandiu-se para incluir também a discussão sobre a formação das identidades sexuais e de gênero.

Considerando esse cenário, a pesquisa em que se insere este artigo busca refletir sobre como se constituem discursivamente alguns dos deslocamentos epistemológicos que marcam a contemporaneidade, com foco no campo da Comunicação e na produção jornalística. De modo mais específico, buscamos, na pesquisa que dá origem ao presente trabalho, compreender como são abordadas, em discursos jornalísticos de veículos brasileiros ditos “de referência”, pautas, políticas e disputas identitárias. No limite, trata-se de entender como o jornalismo insere-se em um debate fundamental da atualidade e como opera nos tensionamentos que se colocam aos discursos fundantes do *ethos* jornalístico tradicional e um imaginário político emergente nos dias de hoje.

Neste artigo, especificamente, focalizamos textos publicados em um dos blogs da *Folha de S. Paulo*, o #AgoraÉQueSãoElas, a fim de refletir sobre as interfaces temáticas e discursivas nele presentes entre os debates sobre gênero e liberdade de expressão. Esses dois eixos, como veremos, são postos em diálogo não apenas no blog que aqui analisamos, mas também em outros espaços de construção do espaço público. Assim, para a pesquisa que fundamenta o presente artigo, torna-se fundamental discutir como se constituem discursivamente os debates sobre liberdade de expressão em um contexto de emergência de políticas de identidade, de novos modos de ação política, de demandas em favor de ações afirmativas, em suma, de constituição de um novo imaginário político, como diz Fraser (2006).

A liberdade de expressão em um cenário de mudanças discursivas

Em nossas reflexões, temos considerado a existência de tensionamentos no debate sobre liberdade de expressão como um dos três principais deslocamentos epistemológicos que caracterizam a paisagem político-discursiva emergente na contemporaneidade. Em primeiro lugar, essas reconfigurações assumem a forma de rearticulações no *campo político* e nos modos de ação e luta política, cuja manifestação mais visível é a emergência das já mencionadas políticas de identidade.

Ao lado da emergência das políticas de identidade, Hall (1994) aponta a virada linguística no século XX como elemento fundamental à compreensão dos deslocamentos epistemológicos que possibilitam a emergência de disputas em torno de padrões linguísticos/discursivos, as quais se constituem como formas de contestação das representações sociais/culturais vigentes. Há uma perspectiva “nominalista”, segundo o

autor, de modo que ganha força a crença de que alterações no plano linguístico – especialmente, lexical – seriam suficientes para alterar a realidade material/social.

Este é o segundo deslocamento epistemológico que gostaríamos de pontuar: a emergência, desde meados do século XX, de uma nova compreensão sobre a linguagem, ligada à percepção da opacidade do signo e de sua centralidade na vida social. Essa mudança de atitude refere-se a “um interesse na linguagem como um termo geral para as práticas de representação, sendo dada à linguagem uma posição privilegiada na construção e circulação do significado” (HALL, 1997, p. 28). Trata-se de uma revolução na forma como entendemos a relação entre a “realidade” ou os objetos do mundo e as palavras que utilizamos para descrevê-los. Fundamentalmente, essa revolução trouxe à tona a ideia de que o significado emerge não das coisas em si, mas dos sistemas de classificação que utilizamos para nomeá-las.

Um ponto de ligação entre as rearticulações discursivas e epistemológicas decorrentes da virada linguística e a emergência de novos modos de ação política voltados ao reconhecimento e às pautas identitárias parece estar em uma *centralidade* assumida pela *cultura* no mundo ocidental. A diferença entre o papel conferido à cultura no passado e a importância que ela recebe hoje, segundo Hall (1997), reside na percepção tanto de aspectos substantivos – o lugar da cultura nas estruturas empíricas e na organização das atividades, instituições e relações na sociedade –, quanto de aspectos epistemológicos – a posição da cultura em termos de conceitualização, sua influência sobre modelos teóricos e nossa compreensão de mundo.

Queiramos ou não, aproveamos ou não, as novas forças e relações postas em movimento por esse processo estão tomando menos nítidos muitos dos padrões e das tradições do passado. Por bem ou por mal, a cultura é agora um dos elementos mais dinâmicos - e mais imprevisíveis - da mudança histórica no novo milênio. Não deve nos surpreender, então, que as lutas pelo poder sejam, crescentemente, simbólicas e discursivas, ao invés de tomar, simplesmente, uma forma física e compulsiva, e que as próprias políticas assumam progressivamente a feição de uma "política cultural" (HALL, 1997, p. 20).

Como efeito desses deslocamentos epistemológicos, na topografia político-discursivo emergente, contornos específicos são assumidos pelos mecanismos de regulação discursiva contemporâneos e suas abordagens em discursos circulantes. É possível apontar algumas das dimensões do debate sobre liberdade de expressão

impactadas pelo novo imaginário político que vimos discutindo⁴: em um primeiro momento, podemos citar os tensionamentos – do ponto de vista jurídico, mas também filosófico e político – decorrentes da ponderação entre diferentes direitos; em um segundo momento, é possível apontar as problematizações, que adquirem significativa visibilidade, atualmente, na discussão acadêmica e no debate público, acerca de uma concepção liberal da liberdade de expressão, face às perspectivas da alteridade e da diferença cultural, no contexto das demandas do multiculturalismo.

O escritor sul-africano J. M. Coetzee, ao discutir a censura em um conjunto de ensaios que tratam da censura nas últimas décadas do século XX, defende uma ideia que pode ser interessante para pensarmos o quadro aqui em discussão. Segundo o autor, a atualidade é marcada pelo fim do consenso liberal sobre liberdade de expressão. Coetzee afirma que, até os anos 1980, a opinião de que tanto melhor seria quanto menos restrições fossem aplicadas à expressão humana era compartilhada, em linhas gerais, pelos intelectuais da época. Hoje, no entanto, não se pode mais formular tal suposição. Segundo ele, “Há renomados intelectuais que defendem sanções legais e institucionais contra publicações e filmes do mesmo tipo daqueles que, na África do Sul do passado, pretendia-se qualificar como “indesejáveis” e que agora, em geral, são denominados como ‘ofensivos’” (COETZEE, 2008, p. 23).

Essa percepção de Coetzee, ainda que remeta a um contexto bastante específico e careça de precisão científica, é sintomática de discursos que circulam no debate público contemporâneo sobre liberdade de expressão. Mais do que isso, a partir da consideração do literato, é possível apontar algumas grandes rearticulações discursivas a respeito da liberdade de expressão, correlatas das dimensões impactadas que mencionamos há alguns parágrafos.

Assim, em um primeiro momento, é possível apontar a existência de uma crise do discurso liberal sobre liberdade de expressão, sobretudo entre defensores de políticas identitárias, que colocam no centro do debate público outras problemáticas para além da resistência às diversas formas de censura estatal: a defesa da dignidade e da diversidade, o combate à marginalização de minorias sociais, a representatividade dos diversos grupos em instituições públicas e no campo midiático. De fato, do ponto de vista jurídico, a contemporaneidade é marcada pela emergência de tensões entre a liberdade

⁴ Abordamos essa temática mais a fundo em trabalho apresentado no 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

de expressão e outros direitos democráticos, assegurados pelas constituições das democracias liberais.

Para Eric Barendt (2007), os argumentos em defesa da liberdade de expressão apontam, em geral, explícita ou implicitamente, uma vinculação entre esse princípio e os direitos de se produzir e receber ideias e informações. Assim, os interesses dos vários agentes envolvidos – tanto na instância de produção, quanto na recepção de conteúdos – recebem proteção governamental, ainda que tal restrição pudesse atender aos anseios de um grande número de membros de uma sociedade. Considerando essa concepção pouco consistente, o autor propõe uma mudança de foco dos direitos individuais para os direitos coletivos. Segundo ele, a liberdade de expressão “deve ser protegida porque é um bem público, e não porque os indivíduos a valorizam ou têm forte interesse no seu exercício”⁵ (BARENDT, 2007, p. 30).

Na trilha dessa perspectiva, seria fundamental pensar em um princípio de *pluralismo* – em outros termos, a liberdade de expressão é importante e deve ser valorizada porque valida diferentes estilos de vida, que podem até ser conflituosos entre si, mas devem tolerar-se – e em um princípio de *tolerância* – já que o que está em jogo é a aceitação de diferentes formas de vida. Nesse sentido, a liberdade de expressar determinado estilo de vida seria de importância crucial ao bem-estar das pessoas que adotam esse estilo. É por isso que, para Barendt (2007, p. 31), “a liberdade de expressão estabelece e representa uma cultura pública de aceitação e tolerância”⁶.

Essa visão remete às conexões entre liberdade de expressão e outros valores, sobretudo os que ajudam a justificá-la, como afirma Barendt (2007, p. 31): “A liberdade de expressão, resumidamente, é integralmente conectada com outros valores”⁷. Nesse ponto, cabe levantar dois tópicos em relação aos quais as conexões entre livre expressão e outros valores constitucionais criam problemas para filósofos e tribunais: a questão da diversidade e a articulação entre dignidade e igualdade. Chegamos, dessa forma, a uma segunda rearticulação discursiva a respeito da liberdade de expressão: a emergência da problemática do *discurso de ódio*.

Ainda que não responda a todos os questionamentos levantados, a discussão proposta por Barendt (2007) traz uma contribuição fundamental ao sistematizar os argumentos que representam pontos de crise do pensamento liberal sobre liberdade de

⁵ Tradução nossa.

⁶ Tradução nossa.

⁷ Tradução nossa.

expressão. Em especial, o autor evidencia um posicionamento segundo o qual, embora dignidade e igualdade sejam conceitos complexos e seja difícil definir seu alcance geral e seu peso em limitar o exercício da liberdade de expressão, elas constituem, atualmente, valores que não podem ser ignorados, sobretudo quando reconhecidos pela Constituição. “Pareceria estranho”, diz o autor, “sustentar que a expressão é sempre protegida com base em um princípio que é, ele próprio, fundado no respeito à dignidade e à racionalidade humanas” (BARENDT, 2007, p. 34).

O jornalismo entre o universal e a diverso?

Para veículos jornalísticos como a *Folha de S. Paulo*, filiar sua imagem institucional aos princípios democráticos significa reforçar o imaginário do qual a imprensa se alimenta e, ao mesmo tempo, buscar legitimação a partir dele. O ideário da liberdade – e, mais especificamente, a liberdade de expressão –, tal qual o conhecemos hoje, surge como princípio a ser afirmado como parte do projeto de organização política e social da República, a partir da Revolução Francesa, e da democracia moderna.

Entra em questão, no ethos jornalístico, o papel de mediação assumido pela imprensa no debate público, sua função social e a filiação ao interesse público, o que justifica o exercício e a defesa da liberdade de expressão e de imprensa (BUCCI, 2009). Todos esses princípios buscam ser atrelados pelas empresas jornalísticas às suas imagens institucionais como forma de endossá-las como instituições da democracia, legitimando seu lugar na sociedade. Ao lado disso, é preciso lembrar também que a perspectiva de democracia à qual os jornais em questão buscam se filiar é a da democracia representativa moderna, baseada em princípios como o do cálculo da *maioria* e da necessidade de *publicização* do poder.

Ao mesmo tempo, esses veículos fundamentam-se em uma concepção de democracia liberal, vinculada ao ideal de livre mercado – que se traduz no sentido de *livre mercado de ideias*. Sublinhamos esses aspectos porque eles evidenciam a existência de um contraste fundamental entre os valores e princípios que alimentam os pilares do jornalismo tradicional e o imaginário político contemporâneo, em que políticas e pautas identitárias alcançando papel central nos debates.

No caso da *Folha*, o jornal assumiu, desde os anos 1970, uma linha de atuação que buscava vincular a própria imagem da publicação aos ideais democráticos, “visando pressionar no sentido da ‘distensão’ e da ‘abertura’ do regime militar e lançando-se a

seguir em campanha aberta pela Nacional Constituinte e pelas eleições diretas em todos os níveis” (SEVCENKO, 2000, p. 9). Há pesquisas que mostram que a emergência da *Folha de S. Paulo* como um dos principais jornais do país, a partir de 1986, está vinculada à construção de uma “autoimagem” voltada à defesa da democracia, com base na “rememoração de um passado institucional legitimador dos princípios de democracia e independência, constantemente reconstruído” (PIRES, 2007, p. 311).

O ano de 1984 teve importância fundamental à consolidação da *Folha de S. Paulo* como a conhecemos hoje, com o posicionamento pró Diretas-já assumido pelo jornal e a implantação do Projeto Folha. O que estava em jogo, naquele momento, era a demarcação de um posicionamento do jornal enquanto defensor do projeto democrático que se buscava construir no país – o que significa falar na afirmação de um discurso acerca do próprio jornal e de sua inserção na sociedade. Embora adotado anos antes, o *slogan* da *Folha*, utilizado até os dias de hoje, dá conta de resumir essa ideia: tratava-se, justamente, de consolidar o veículo como “um jornal a serviço do Brasil”.

Ao lado da filiação ao ideário moderno sobre liberdade de expressão e democracia, esse *slogan* permite-nos refletir sobre um aspecto importante da discursividade que alimenta o jornalismo: consolidada conjuntamente à formação dos Estados nacionais modernos, a imprensa vincula-se à ideia de *nacionalidade* como categoria identitária fundamental e mostra-se ligada a um princípio de *universalismo*. São justamente esses fundamentos da modernidade, no entanto, que se revelam em fragmentação na pós-modernidade, como aponta Stuart Hall: “[...] o sujeito do iluminismo, visto como tendo uma identidade fixa e estável, foi descentrado, resultando nas identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas, do sujeito pós-moderno” (HALL, 2005, p. 46).

Por conseguinte, as culturas nacionais passam a ser cada vez mais vistas como “atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo unificadas apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural” (HALL, 2005, p. 62). Renato Ortiz também se refere a esse processo, destacando a emergência do par antitético *universalismo/diversidade*: “[...] o Estado-nação é pensado como o lugar ideal para a realização do universal da modernidade (cidadania, democracia, liberdade). Entretanto, na situação atual, a conjunção entre nação e modernidade se cinde, a modernidade-mundo transborda as fronteiras do nacional” (ORTIZ, 2015, p. 29).

Nesse cenário, a *diversidade* emerge como emblema de nosso tempo (ORTIZ, 2015). Entender como a *Folha*, um jornal profundamente ligado à nacionalidade como categoria identitária fundamental e a valores de democracia e liberdade que remetem ao universal da modernidade, adapta-se a um mundo marcado pelo desafio da diversidade torna-se uma questão pertinente. O que se observa, cada vez mais, é que o jornalismo tradicional tem buscado caminhos para se adequar a essas novas conjunções.

O blog #AgoraÉQueSãoElas – “um espaço para mulheres em movimento”, como a própria página o apresenta – parece figurar entre essas iniciativas. Acessível a partir do portal da *Folha de S. Paulo*, o blog pode ser localizado dentro da seção “Opinião” >> “Colunas e blogs”, e é apresentado como “uma tribuna de muitas vozes femininas e feministas”, “produzido por Alessandra Orofino, 26, Ana Carolina Evangelista, 37, Antonia Pellegrino, 35, e Manoela Miklos, 32”. Além disso, o perfil do blog informa que seu objetivo é abordar “política, cotidiano e cultura narrados do ponto de vista feminino e feminista”⁸. Diversas autoras, todas mulheres, produzem textos para a página, que nasceu a partir do movimento de mesmo que, em 2015, propôs que colonistas homens cedessem seus espaços a mulheres em jornais e blogs.

Com tudo isso em vista, parece-nos importante entender como começam a se construir espaços voltados à diversidade na modalidade de jornalismo praticada pela *Folha*. O blog aqui em foco parece um esforço da empresa em se aproximar das discussões sobre gênero e dar visibilidade a pautas identitárias. Nesse sentido, é interessante pensar que a página #AgoraÉQueSãoElas possa representar uma espécie de mediação entre os valores de universalismo – relacionados aos pilares do jornalismo tradicional – e de diversidade – tão presentes em debates e movimentos nas plataformas de redes sociais digitais.

Enquadramentos da liberdade de expressão no blog #AgoraÉQueSãoElas

O conteúdo do blog #AgoraÉQueSãoElas é organizado a partir de diferentes categorias que indicam tópicos correntes e relevantes nas discussões atuais sobre gênero, enfatizando a dimensão política desses debates e suas interfaces com a política institucional. São elas: “Ativismo”, “Violência contra Mulheres na Política”, “Mulheres na Política”, “Brasil Real”, “Machismo no Trabalho”, “Combate à Cultura do Estupro”,

⁸ Informações disponíveis em: <<https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/perfil/>>. Acesso em: 29 Jun. 2019.

“Feminicídio”, “Meu Primeiro Aborto”, “Meu Corpo Suas Regras”, “Cinema”, “Machista do Mês”, “Mulheres na Polícia” e “Sem Categoria”.

Em nosso levantamento, não restringimos o rastreamento dos textos em função de categoria. Em lugar disso, utilizamos o motor de busca do próprio blog para realizar pesquisas a partir das seguintes palavras-chave: “liberdade de expressão” (entre aspas), que levou a quatro resultados; “livre expressão” (novamente entre aspas), que levou a uma única ocorrência; e “censura”, que levou a cinco resultados. Tentamos ainda buscar pela palavra-chave “liberdade de imprensa”, mas nenhum resultado foi localizado. Ao total, localizamos oito postagens diferentes que mencionam “liberdade de expressão” e/ou “censura” e/ou “livre expressão” (como veremos a seguir, há dois textos que apareceram entre os resultados de pesquisa por meio de diferentes palavras-chave).

Entre os achados da busca utilizando a palavra-chave “liberdade de expressão”, há um texto de 2019 (“Mulheres on-line: um ato de resistência”⁹, de Belén Giménez, publicado no dia 2 de maio), um de 2018 (“#QuemFezEssePixoFuiEu: Caça às bruxas em Maceió”¹⁰, do dia 26 de julho, assinado por Ana Antunes, Bruna Teixeira, Juliana Barreto e Ticiane Simões¹¹), um de 2017 (uma entrevista com Adriana Varejão intitulada “A arte deve ter liberdade total”¹², de 12 de setembro) e um de 2016 (“Quem tem medo das mulheres no audiovisual? A resposta das mulheres”¹³, assinado pelo Coletivo Vermelha e publicado no dia 25 de março). A única ocorrência localizada na busca com a palavra-chave “livre expressão” é um texto de 2017, publicado no dia 5 de junho, intitulado “Machismo na Academia”¹⁴ e assinado por Angela Donaggio, Catarina Barbieri, Eloísa Machado, Luciana Ramos e Marta Machado.

No caso dos achados da pesquisa pela palavra-chave “censura”, temos um texto de 2019 (o mesmo “Mulheres on-line: um ato de resistência”, do dia 2 de maio,

⁹ Disponível em: <<https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2019/05/02/mulheres-on-line-um-ato-de-resistencia/>>. Acesso em: 29 Jun. 2019.

¹⁰ Disponível em: <<https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2018/07/26/quemfezessepixofuiEU-caca-as-bruxas-de-maceio/>>. Acesso em: 29 Jun. 2019.

¹¹ Esse texto aborda o episódio em que pichações feministas realizadas em uma pista de skate de Maceió, de autoria desconhecida, foram condenadas nas redes sociais e pelas autoridades locais, segundo as autoras, por razões de gênero. Dadas as dimensões limitadas deste artigo, não nos aprofundaremos em comentar esse texto, pois nele, não obstante o inusitado do tema abordado, o conceito de “liberdade de expressão” é citado de modo pontual ao longo da argumentação: “Embora a polissemia da caçada tenha classificado a ação hora como vandalismo, ora como crime, ora como arte ou liberdade de expressão, foi o protagonismo da mulher o marco divisor deste caso, em Maceió”, afirmam as autoras.

¹² Disponível em: <<https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2017/09/12/adriana-varejao-a-arte-deve-ter-liberdade-total/>>. Acesso em: 29 Jun. 2019.

¹³ Disponível em: <<https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2016/03/25/resposta-das-mulheres/>>. Acesso em: 29 Jun. 2019.

¹⁴ Disponível em: <<https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2017/06/05/machismo-na-academia/>>. Acesso em: 29 Jun. 2019.

localizado na busca por “liberdade de expressão”), três textos de 2017 (“Pendular: uma protagonista que deseja é, afinal, uma escolha política”¹⁵, do dia 21 de setembro e assinado por Julia Murat¹⁶; “Bafo Queer: a desobediência sexual sempre incomoda a ordem”¹⁷, de 16 de setembro e escrito por Solange Farkas; e a já citada entrevista com Adriana Varejão, localizada também na busca por “liberdade de expressão”) e um texto de 2016 (“Provas de respeito”¹⁸, do dia 16 de maio, assinado por Barbara Lopes).

A publicação mais antiga entre nossos achados, “Quem tem medo das mulheres no audiovisual? A resposta das mulheres”, apresenta uma articulação relevante entre as questões de gênero e a discussão sobre os rumos da democracia, tomada em um sentido moderno bastante convencional. O texto aborda um ciclo de debates realizado entre 17 e 20 de março de 2016, em Campinas e São Paulo, que teve como objetivo discutir a participação de mulheres na criação e na representação de obras audiovisuais. Na parte inicial do texto, lemos a seguinte afirmação: “apesar de uma grande quantidade de pessoas, mais de 300, os homens eram a imensa minoria”.

O artigo sublinha, então, citando trechos de falas durante as palestras e mesas que compuseram o evento, que, embora não seja dever das mulheres “sair catando homens por aí” para participarem das lutas feministas, é preciso mostrar que essa causa não é só das mulheres – que ela é de “*todas as pessoas* que acreditam na construção de uma sociedade mais igualitária e democrática, em que a diversidade de escolhas e experiências esteja contemplada”. Os grifos no trecho são nossos e têm a finalidade de explicitar que a passagem recorre a um princípio de *universalismo* para justificar a importância da luta feminista. Ao mesmo tempo, cita também a palavra “diversidade”. Com essa articulação, procura demonstrar que a defesa da possibilidade de acesso ao diverso aparece como conquista que beneficiaria não apenas um grupo identitário, mas sim, toda a sociedade. Mais adiante, esse argumento ganha estofamento por meio da afirmação da importância das lutas que buscam “o respeito mútuo, o diálogo e a diversidade” em um cenário de crise da democracia.

¹⁵ Disponível em: <<https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2017/09/21/pendular-mulheres-em-cena-e-o-movimento-de-mulheres/>>. Acesso em: 29 Jun. 2019.

¹⁶ Não nos aprofundaremos em comentar esse texto porque a referência à palavra “censura” aparece nele de modo muito pontual: ela é citada apenas quando a autora cita a classificação indicativa (por ela chamada de “censura”) de 18 anos recebida pelo filme *Pendular*, que dá nome ao texto e cujo processo produtivo é foco da discussão nele proposta.

¹⁷ Disponível em: <<https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2017/09/16/bafo-queer-a-desobediencia-sexual-sempre-incomoda-a-ordem/>>. Acesso em: 29 Jun. 2019.

¹⁸ Disponível em: <<https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2016/11/13/provas-de-respeito/>>. Acesso em: 29 Jun. 2019.

O sentido com que a discussão sobre liberdade de expressão comparece no artigo também é particularmente relevante: a expressão aparece em uma citação de um trecho de uma fala da diretora do Instituto Sueco de Cinema (Anna Serner) em um vídeo exibido durante o evento de que trata o texto: ao citar ações afirmativas adotadas na Suécia a fim de reduzir a subrepresentação de mulheres na indústria cinematográfica, ela refuta o argumento recorrente de que “não devemos fazer isso [construir ações afirmativas] porque limitamos a criatividade, a liberdade de expressão e a qualidade artística dos filmes”. Deve-se observar, portanto, que a referência à liberdade de expressão no texto tem como pressuposto a existência de discursos circulantes que contrapõem a própria liberdade de expressão (princípio democrático, entendido como calcado em valores como universalismo, razão, ausência de censura etc.) a lutas identitárias, especialmente quando sob a forma de ações afirmativas.

Mais interessante ainda é notar que, ao longo de todo o texto, percebe-se um esforço em desconstruir essa oposição: o que se busca é demonstrar que a igualdade de gênero e o incentivo à diversidade são importantes não apenas à livre expressão, como também à preservação de valores democráticos, de modo geral. Nesse sentido, o que o artigo parece fazer é encampar argumentos que problematizam o entendimento tradicional de liberdade de expressão como simplesmente associada à ausência de censura, complexificando o conceito de modo a abarcar também os ideais de pluralismo e diversidade, sem, porém, romper com um princípio de universalismo.

Também em 2016, o artigo “Provas de respeito” faz uma crítica aos ataques à prova do ENEM então oriundos de setores conservadores defensores do combate à assim chamada “ideologia de gênero” nas escolas. Nesse texto, a referência que se faz à ideia de censura parte de uma compreensão tradicional dessa expressão, ou seja, entende-se censura como decorrente de constrangimentos provenientes de grupos ou ações autoritárias que restringem a liberdade de expressão: “a educação deve ser aberta ao diálogo, sem censuras e interdições. A escola não é apartada do mundo e é também atravessada pelas várias desigualdades sociais, incluindo a existente entre homens e mulheres”. É interessante destacar, ainda, que, ao lado dessa referência a um entendimento absolutamente moderno de censura, são recorrentes no texto palavras como “gênero”, “igualdade” e “diversidade”, tão em voga no imaginário político que emerge na contemporaneidade.

Sentido similar de censura está presente no texto “Bafo Queer: a desobediência sexual sempre incomoda a ordem”, de 2017, que aborda o episódio, ocorrido naquele ano, de cancelamento da exposição *Queermuseu*, em Porto Alegre. O acontecimento é nomeado pela autora do texto como “censura”, entendida como cerceamento arbitrário da liberdade artística. Ao lado desse sentido de censura, uma vez mais bastante tradicional, o artigo aponta critérios de gênero e de identidade sexual como força motriz de processos censórios na atualidade: “a pauta dos feminismos e dos ativismos *queer*, a desobediência sexual e outras coalizões não normativas incomodam profundamente os que policiam a ‘ordem’”.

Vale observar que o cancelamento da mostra *Queermuseu* foi abordado em outro texto publicado em 2017; nele, o episódio é referido novamente como “censura, e a artista Adriana Varejão, entrevistada pelo blog, defende a “liberdade total” da arte, que constitui um território “de experimentação, de liberdade”. Há nesse texto algumas questões que devemos salientar: primeiro, que a censura aparece em sentido bastante próximo, senão idêntico, ao tradicional – como constrangimento externo e arbitrário, oriundo de uma fonte de autoridade, sobre a livre expressão; segundo, que a arte aparece representado como espaço de incidência privilegiada da censura, que age por motivação predominantemente moral; e, terceiro, que, ao lado de um entendimento moderno de censura, questões identitárias ligadas a gênero e sexualidade são apontadas, novamente, como nova motivação para ações censórias.

Já o texto “Machismo na Academia”, de 2017, introduz uma nova problemática ao fazer referência a uma questão que coloca em xeque a visão liberal clássica sobre liberdade de expressão: a categoria do discurso de ódio. Ao relatar os ataques sofridos por elas nas redes sociais após denunciarem um evento acadêmico ao qual compareciam apenas homens, as autoras – professoras da FGV Direito SP – afirmam: “Os liberais de mão única, que defendem a livre expressão para manifestações ofensivas, exigiam imunidade às críticas quanto à ‘piada’”.

A temática do “discurso de ódio” é também citada no texto “Mulheres on-line: um ato de resistência”, de 2019, em que se defende a tese de que mulheres são particularmente vulneráveis a ataques diversos – vigilância, assédio, ameaças, extorsão, violação da privacidade etc. – e sujeitas a ter sua liberdade de expressão restringida no ambiente digital. O argumento central da autora pode ser resumido na seguinte passagem: “Se é fato que qualquer pessoa que exerça algum tipo de presença na Internet

está vulnerável e suscetível a estes ataques, o grau de vulnerabilidade cresce com base em desigualdades socio-econômicas, culturais e políticas”.

Esse texto, o mais recente entre os achados de nosso breve levantamento, destaca mais um ponto de articulação entre as questões de gênero e a liberdade de expressão: a ideia de que a liberdade de expressão, na prática, assim como outros direitos citados, acaba não sendo assegurada de modo igualitário a todos os indivíduos, e que a desigualdade de gênero opera como um elemento capaz de restringir o acesso ao que deveria ser uma garantia democrática fundamental. Trata-se de um argumento interessante: ao mesmo tempo em que parte de uma premissa *universal* – o suposto acesso à liberdade de expressão –, a autora apresenta uma problematização com base em um recorte *identitário*.

Considerações finais

O breve levantamento aqui apresentado procurou evidenciar os principais enquadramentos temáticos da liberdade de expressão no blog #AgoraÉQueSãoElas, ligado à *Folha de S. Paulo*. Pudemos observar, ao longo das reflexões aqui apresentadas, que, no debate público contemporâneo – ou, ao menos, em um recorte de como elo é publicizado, a partir da página que analisamos –, emergem discursos circulantes que articulam questões de gênero e a temática da liberdade de expressão.

Esses modos de articulação e suas principais linhas argumentativas poderiam ser assim sumarizados: a) ações afirmativas voltadas a combater a desigualdade de gênero não ferem a liberdade de expressão e reforçam os valores democráticos; b) a violação da liberdade de expressão na contemporaneidade tem uma força motriz significativa na tentativa de censurar expressões de gênero consideradas subversivas ou obscenas, do ponto de vista político e/ou moral; c) o discurso de ódio atinge de modo particularmente violento as mulheres e, ao mesmo tempo em que restringe a liberdade de expressão delas, não pode ser justificado sob uma pretensa alegação de direito à livre expressão.

Ao mesmo tempo, destaca-se no blog a presença de compreensões assentadas em premissas essencialmente modernas acerca da liberdade de expressão e da censura, que figuram ao lado de tomadas que evidenciam os deslocamentos discursivos decorrentes da entrada das pautas identitárias no debate político, inclusive aqueles relacionados à liberdade de expressão, que procuramos descrever brevemente no início deste trabalho. Em suma, verifica-se um jornalismo situado entre discursividades

distintas: isso fica evidente desde a própria criação do blog, mas também pelos discursos em circulação no blog, que atravessam um espaço filiado, institucionalmente, a um jornal tradicional como a *Folha de S. Paulo*.

Referências bibliográficas

BARENDT, Eric. **Freedom of speech**. Oxford: Oxford University, 2009.

BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever da liberdade**: a independência editorial e suas fronteiras com a indústria do entretenimento, as fontes, os governos, os corporativismos, o poder econômico e as ONGs. São Paulo: Contexto, 2009.

COETZEE, J. M. **Contra la censura**: ensayos sobre la pasión por silenciar. Barcelona: DEBOLSILLO, 2008.

FRASER, Nancy. “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista”. Trad. Julio Assis Simões. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, pp. 231-239, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>>. Acesso em: 28 Jun. 2019.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2013.

HALL, Stuart. “Some ‘politically incorrect’ pathways through PC”. In: DUNANT, Sarah (ed.). **The war of the words**: the political correctness debate. London: Virago, 1994, pp. 164-183. Disponível em: <<http://www.ramwan.net/restrepo/hall/some%20politically%20incorrect%20pathways.pdf>>. Acesso em 02 ago. 2016.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

_____. “A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo”. Trad. Ricardo Uebel, Maria Isabel Bujes e Marisa Vorraber Costa. **Educação & Realidade**, 22(2), pp. 15-46, jul./dez.1997. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71361>>. Acesso em: 28 Jun. 2019.

ORTIZ, Renato. **Universalismo e diversidade**: contradições da modernidade-mundo. São Paulo: Boitempo, 2015.

PIRES, Elaine Muniz. “Imprensa, ditadura e democracia: a construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004)”. **Projeto História** (n.º 35). São Paulo: PUC-SP, dez/2007, pp. 305-313. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2224/1325>>. Acesso em 22 Jun. 2019.

SEVCENKO, Nicolau. “O rosto do mundo”. In: FOLHA DE S. PAULO. **Primeira página**. 5ed. São Paulo: Publifolha, 2000, pp. 9-11.